

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- Ao primeiro dia do mês de Março de dois mil e dois, nesta Vila de Coruche, Paços do Concelho e Sala das Sessões, reuniu a Assembleia Municipal de Coruche, em Sessão Ordinária, cuja Mesa era composta pelo seu Presidente Luisa Pinheiro Portugal pelo Primeiro Secretário José João Henriques Coelho e pelo Segundo Secretário Isabel Maria Bernardina Ferreira (Partido Socialista).-----

----- Verificou-se a presença dos seguintes Vogais: Filipe Claro Justino, Nelson Fernando Nunes Galvão, Nuno Miguel Smith Pires Mendes, António Gomes de Jesus, Sandi José Sesmaria Borda D'Água, José Júlio Ferreira (Partido Socialista), Fernando Aníbal Serafim, Ilda Maria Ferreira Marques Neves, António da Silva Teles, Armando Rodrigues, Osvaldo Manuel Santos Ferreira, Joaquim Silva Lopes Nunes, Isidro Rodrigo Silva Catarino, Célia Maria Azevedo Reis (Coligação Democrática Unitária), Francisco Dias Cortez Ferreira, Maria de Fátima Franco Elvas Ferreira Bento, Francisco Artur Gomes Gaspar (Partido Social Democrata), Joaquim Rodrigo dos Santos Paulino (Presidente da Junta de Freguesia de Biscaíno - Coligação Democrática Unitária), Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia de Branca - Coligação Democrática Unitária), Mário Alberto Bruno Portela Freitas Boieiro (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche - Partido Socialista), Diamantino Marques Ramalho (Presidente da Junta de Freguesia de Couço - Coligação Democrática Unitária), Romualdo António Castelo Boiça (Presidente da Junta de Freguesia de Erra - Coligação Democrática Unitária), Ilídio António Martins Serrador (Presidente da Junta de Freguesia de Fajarda - Coligação Democrática Unitária), Joaquim Gonçalves Banha (Presidente da Junta de Freguesia de Santana do Mato - Partido Socialista) e António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de São José da Lamarosa - Partido Socialista).-----

----- Não estava presente o Vogal José Nogueira da Silva Casanova (Coligação Democrática Unitária).-----

----- Verificado o quorum, com a presença de vinte e oito membros, a Presidente da Assembleia declarou aberta a Sessão às vinte e uma horas e vinte minutos, com a seguinte **Ordem do Dia**:-----

----- **Ponto Um - Eleição do Representante das Juntas de Freguesia na Associação Nacional de Municípios Portugueses** -----

----- **Ponto Dois - Eleição do Representante dos Interesses dos Utentes na Comissão Concelhia de Saúde**-----

----- **Ponto Três - Abaixo-Assinado - Grupo de Amigos de Coruche**-----

----- **Ponto Quatro - Regimento da Assembleia Municipal**-----

----- **Ponto Cinco - ITS, S.A. - Laboração e Estudo de Impacte Ambiental**-----

----- **Ponto Seis - Actividade e Situação Financeira do Município**-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- Estavam ainda presentes o Presidente da Câmara, Dionísio Simão Mendes e os Vereadores Joaquim Filipe Coelho Serrão, Júlio Jorge de Miranda Arrais, Valter Manuel Barroso, Ricardo Jorge Rato Ferreira Raposo e David António Carrasco. -----

----- A Presidente da Assembleia deu conhecimento que a funcionária Senhora Fabíola irá dar apoio administrativo à Assembleia Municipal. -----

----- Solicitou parecer aos grupos municipais sobre a forma dos membros da Assembleia serem designados. Por consenso ficarão a chamar-se Vogais da Assembleia Municipal. -----

----- Solicitou ainda que cada grupo municipal indicasse o seu líder. -----

----- A Coligação Democrática Unitária indicou o Vogal Armando Rodrigues. -----

----- O Partido Socialista indicou o Vogal Filipe Claro Justino. -----

----- O Partido Social Democrata indicou o Vogal Francisco Dias Cortez Ferreira. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

----- **JUSTIFICAÇÃO DE FALTA:-** A Presidente da Assembleia deu conhecimento da carta de um de Março de dois mil e dois do Vogal José Nogueira da Silva Casanova, solicitando a justificação da sua falta à presente Sessão. -----

----- A Mesa considerou justificada a respectiva falta. -----

----- **APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ANTERIOR:-** A Presidente da Assembleia colocou à apreciação e votação a Acta da Sessão Extraordinária de dezassete de Janeiro de dois mil e dois. -----

----- O Vogal Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária) solicitou alteração da Acta, na folha um, linha trinta e três, onde se lê “grupos parlamentares” deve ler-se “grupos municipais” e na folha um verso, linhas um, dois, quatro e cinco, onde se lê “grupo parlamentar” deve ler-se “grupo municipal”. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a presente Acta, com as respectivas alterações. -----

----- A Presidente da Assembleia deu conhecimento de toda a **correspondência**, que deu entrada com o número de registo de um a quarenta, cujo mapa descritivo foi distribuído a todos os Vogais. -----

----- Seguidamente destacou a seguinte documentação: -----

----- **Manifesto “Por uma Nova Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico” - Confederação Nacional das Associações de Pais e Federação Nacional dos Professores** - Solicitou a posição de cada grupo municipal, no sentido da Assembleia Municipal subscrever ou não, o presente documento. -----

----- Por parte do Partido Social Democrata, a Vogal Fátima Elvas, afirmou que o seu grupo subscreve o Manifesto com as condicionantes que apresentará aquando da discussão do ponto da

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

Actividade do Município.-----

----- Por parte da Coligação Democrática Unitária, os Vogais Armando Rodrigues, Joaquim Nunes, Osvaldo Ferreira e Romualdo Boiça, concordaram com a subscrição do Manifesto por parte da Assembleia Municipal. -----

----- Por parte do Partido Socialista, o Vogal Filipe Justino, referiu que o seu grupo municipal subscreve o respectivo Manifesto.-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, subscrever o Manifesto “Por uma Nova Escola do 1º Ciclo do Ensino Básico”. -----

----- **Abaixo-Assinado “Estrada do Canto da Branca às Courelas da Amoreirinha”** - Ofício da Junta de Freguesia de Branca, anexando o Abaixo-Assinado, no qual a população manifesta descontentamento pelo mau estado de conservação da respectiva estrada.-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, enviar o Abaixo-Assinado à Câmara Municipal, a fim de tomar as devidas providências.-----

----- **Pagamento de Subsídio de Transporte** - Parecer emitido pelo Consultor Jurídico da Câmara Municipal, sobre os pedidos de pagamento de subsídio de transporte aos Vogais da Assembleia Municipal.-----

----- **Dia Internacional da Mulher** - Convite para um Colóquio no Auditório do Museu Municipal de Coruche “Mulheres que fizeram a nossa História”.-----

----- Seguidamente deu a palavra aos Vogais da Assembleia Municipal.-----

----- O Vogal Diamantino Ramalho (Coligação Democrática Unitária) referiu como preocupação por parte da Junta de Freguesia de Couço e da população, os rumores sobre o possível encerramento do Posto da Guarda Nacional Republicana naquela Freguesia.-----

----- Sugeriu que fosse agendada uma reunião com as entidades competentes, sobre esta matéria.-----

----- O Presidente da Câmara informou que recentemente tinha tido uma reunião com o Comandante da Guarda Nacional Republicana de Coruche onde foram abordados diversos assuntos relacionados com a degradação das instalações do Posto de Coruche, bem como a falta de diversos meios, nomeadamente de viaturas, até por vezes necessitam de utilizar a que se encontra na Vila do Couço. Quanto à veracidade dos rumores em relação ao encerramento do Posto no Couço, não lhe foi transmitido qualquer informação, no entanto poderá existir um contacto formal sobre a matéria. -----

----- O Vogal Isidro Catarino (Coligação Democrática Unitária) referiu que era hábito no Couço a patrulha ser feita por dois elementos da Guarda Nacional Republicana, neste momento, é apenas por um elemento.-----

----- A Presidente da Assembleia referiu que até à próxima Sessão da Assembleia, ia inteiramente

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

rar-se sobre a situação referente à Guarda Nacional Republicana na Freguesia do Couço.-----

----- O Vogal António da Venda solicitou um esclarecimento sobre a restante verba prometida à Junta de Freguesia de S. José da Lamarosa, para a construção de uma arrecadação.-----

----- O Vogal Francisco Cortez referiu que, a questão colocada pelo Vogal António da Venda, diz respeito ao ponto da Actividade do Município. -----

----- A Presidente da Assembleia aceitou o reparo e referiu que no momento próprio o Presidente da Câmara prestará os devidos esclarecimentos. -----

----- Seguidamente procedeu-se a um intervalo de quinze minutos. -----

----- Reiniciaram-se os trabalhos pelas vinte e duas horas e vinte e cinco minutos. -----

----- **COMPOSIÇÃO DO CONSELHO CINEGÉTICO MUNICIPAL** - A Presidente da Assembleia deu conhecimento do ofício número mil seiscentos e oitenta e quatro de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e dois da Câmara Municipal de Coruche, solicitando de acordo com a alínea d) do artigo 154º do Decreto-Lei nº 227-B/2000 de 15 de Setembro, que seja designado o Autarca de Freguesia para integrar o futuro Conselho Cinegético Municipal de Coruche.-----

----- Referiu que não foi possível considerar este assunto na Ordem do Dia, pelo que propôs à apreciação da Assembleia Municipal, que se efectuasse a respectiva eleição. Havendo consenso, solicitou aos grupos municipais que indicassem um Autarca de Freguesia. -----

----- Por parte da Coligação Democrática Unitária foi indicado o Vogal Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia de Branca).-----

----- Por parte de Partido Socialista foi indicado o Vogal António Vaz da Venda (Presidente da Junta de Freguesia de S. José da Lamarosa). -----

----- Por parte do Partido Social Democrata não foi indicado qualquer Vogal. -----

----- Seguidamente procedeu-se à respectiva eleição, por voto secreto, tendo participado vinte e oito membros e foram obtidos os seguintes resultados: -----

----- Treze votos - Francisco Guilherme Godinho. -----

----- Doze votos - António Vaz da Venda. -----

----- Três votos em branco. -----

----- Assim, foi designado Autarca de Freguesia para integrar o Conselho Cinegético Municipal o Vogal Francisco Guilherme Godinho (Presidente da Junta de Freguesia de Branca). -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **PONTO UM - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DAS JUNTAS DE FREGUESIA NA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES:-** A Presidente da Assembleia solicitou aos grupos municipais que indicassem um Presidente de Junta de Freguesia. --

----- Por parte da Coligação Democrática Unitária foi indicado o Vogal Romualdo António Castelo Boiça (Presidente da Junta de Freguesia de Erra).-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- Por parte do Partido Socialista foi indicado o Vogal Mário Alberto Bruno Portela Freitas Boieiro (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche).-----

----- Por parte do Partido Social Democrata, o Vogal Francisco Cortez referiu que não indicavam nenhum Presidente de Junta de Freguesia e considerando que o seu grupo municipal não foi contactado por nenhum dos candidatos a este cargo, desafiou-os a apresentarem o seu projecto, a fim de poderem tomar uma posição e no caso de não aceitem este desafio, o seu voto será no sentido da abstenção.-----

----- O Vogal Mário Boieiro (Partido Socialista), referiu que fundamentalmente terá o objectivo da representatividade de uma Junta de Freguesia junto da Associação Nacional de Municípios Portugueses, do ponto de vista do reforço da defesa dos interesses do Concelho. Uma voz activa que fale em termos autárquicos de um nível considerado inferior que possa manifestar as preocupações que por vezes não são bem reflectidas dentro da Associação Nacional de Municípios.--

----- O Vogal Romualdo Boiça (Coligação Democrática Unitária) referiu que irá tentar defender não só as posições dos autarcas das Freguesias deste Concelho, mas sobretudo as reivindicações de todos os autarcas.-----

----- Seguidamente procedeu-se à respectiva votação, por voto secreto, tendo participado vinte e oito membros e foram obtidos os seguintes resultados:-----

----- Quinze votos - Mário Alberto Bruno Portela Freitas Boieiro (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche).-----

----- Treze votos – Romualdo António Castelo Boiça (Presidente da Junta de Freguesia de Erra).-----

----- Assim, foi designado Representante das Juntas de Freguesia na Associação Nacional de Municípios Portugueses o Vogal Mário Alberto Bruno Portela Freitas Boieiro (Presidente da Junta de Freguesia de Coruche).-----

----- **PONTO DOIS - ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DOS INTERESSES DOS UTENTES NA COMISSÃO CONCELHIA DE SAÚDE:-** A Presidente da Assembleia solicitou aos grupos municipais que indicassem um Vogal.-----

----- Por parte do Partido Socialista foi indicado a Vogal Sandi José Sesmária Borda D'Água.-

----- Por parte da Coligação Democrática Unitária foi indicado o Vogal Isidro Rodrigo Silva Catarino.-----

----- Por parte do Partido Social Democrata, o Vogal Francisco Cortez referiu que não indicavam nenhum Vogal, tendo desafiado os candidatos propostos pelos outros grupos municipais, a apresentarem o seu projecto.-----

----- A Vogal Sandi Borda D'Água referiu que irá tentar levar o Centro de Saúde às pessoas e não o contrário, fazer chegar os seus pedidos e exigências e representar ao máximo os utentes.---

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- O Vogal Isidro Catarino referiu que não se está propriamente em campanha eleitoral para se defender um projecto, obviamente que haverá diferenças e os Vogais do Partido Social Democrata podem votar onde quiserem, é uma questão de opção.-----

----- Expressou que o projecto ou a atitude perante tal formação, será a defesa dos direitos dos utentes do nosso Concelho.-----

----- Seguidamente procedeu-se à respectiva votação, por voto secreto, tendo participado vinte e oito membros e foram obtidos os seguintes resultados:-----

----- Catorze votos - Sandi José Sesmaria Borda D'Água.-----

----- Treze votos - Isidro Rodrigo Silva Catarino.-----

----- Um voto em branco.-----

----- Assim, foi designado Representante dos Interesses dos Utentes na Comissão Concelhia de Saúde a Vogal Sandi José Sesmaria Borda D'Água.-----

----- A Presidente da Assembleia lembrou que a função do Representante dos Interesses dos Utentes na Comissão Concelhia de Saúde, será emitir parecer em todas as questões que forem solicitadas pelo Conselho de Administração da ARS, relativas à área da Saúde no Concelho.-----

----- O Vogal Joaquim Nunes apresentou os parabéns aos Vogais que foram eleitos.-----

----- Sugeriu que em futuras eleições, fossem logo mencionados os respectivos nomes aquando da contagem dos votos.-----

----- A Presidente da Assembleia referiu que em qualquer eleição, os votos estão à disposição dos Vogais.-----

----- **PONTO TRÊS - ABAIXO-ASSINADO - GRUPO DE AMIGOS DE CORUCHE:-**

Foi presente o Abaixo-Assinado do Grupo de Amigos de Coruche, demonstrando descontentamento pela forma como foi apresentada a reportagem na estação de televisão TVI, no dia vinte e nove de Janeiro de dois mil e dois, sobre a acção da Guarda Nacional Republicana, no Bairro da Desgraça, em Coruche.-----

----- A Presidente da Assembleia solicitou que cada grupo municipal tomasse uma posição sobre esta matéria.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar (Partido Social Democrata) referiu que os Vogais do seu grupo municipal não viram a respectiva reportagem na televisão, tiveram conhecimento desta situação por aquilo que ouviram comentar e depois pela documentação que foi distribuída, sendo extremamente complicado, apenas com base nesta documentação, tomarem uma posição.-----

----- Considerou importante primeiro clarificar qual a intenção da Mesa em colocar à discussão esta questão, se aquilo que se pretende é fazer uma crítica à TVI, não é afrontando um órgão da comunicação social tão importante que se consegue vincar as nossas posições, se é falar a favor da Guarda Nacional Republicana, concorda que seja aprovado um louvor sobre a sua

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

actuação. -----

----- A Presidente da Assembleia esclareceu que, a intenção da Mesa ao agendar este assunto para a Ordem do Dia, por um lado, se seiscentos Coruchenses de alguma forma quiseram tomar posição sobre esta questão, a Assembleia Municipal deveria dar atenção, por outro lado, em relação à actuação da Guarda Nacional Republicana, houve algumas entidades, nomeadamente a Câmara Municipal, o Governo Civil e alguns Partidos Políticos, que tomaram uma posição sobre esta matéria. -----

----- Concordou estar em causa duas situações diferentes, mas a decisão será do plenário. -----

----- O Vogal Francisco Gaspar (Partido Social Democrata) referiu que em relação à Guarda Nacional Republicana, teve uma actuação bastante louvável. -----

----- Saliu que a Guarda Nacional Republicana deve estar liberta para este tipo de actuação ou através da criação de outro tipo de estrutura, a Polícia Municipal, como constava do programa eleitoral do Partido Social Democrata. -----

----- Relativamente à reportagem apresentada pela TVI, afirmou que nenhum dos Vogais do Partido Social Democrata a visionou, não poderão tomar qualquer posição. -----

----- O Vogal Joaquim Banha (Partido Socialista) referiu não concordar com uma frase do Abaixo-Assinado “faz desta estação televisiva uma das melhores e com maior audiência”, admite com maior audiência, mas das melhores coloca uma interrogação, deixando este reparo ao Grupo de Amigos de Coruche. -----

----- Afirmou ser um dos subscritores do Abaixo-Assinado, teve oportunidade de ver a reportagem, e que o comentador Miguel Sousa Tavares apresenta aquela opinião por não estar bem informado desta situação. -----

----- Colocou uma interrogação, como pode chegar esta informação à TVI sobre a acção da Guarda Nacional Republicana, uma vez que estavam ambos no local ao mesmo tempo. A Assembleia Municipal deve fazer sentir aos órgãos de direito, que algo vai mal neste país e assim levando a que o resultado desta intervenção não fosse o que se pretendia. -----

----- Deixou um louvor à actuação da Guarda Nacional Republicana porque é com acções deste género que se contribui para o bom caminho. -----

----- Recordou que algo estava errado neste Concelho, cada pessoa no seu lugar, seja quem for tem direitos e tem deveres na sociedade e também aqui em Coruche devem ser respeitados todos esses deveres conforme se julga que se tem direitos. -----

----- Deixou uma referência para que estas situações não voltem a acontecer e levou depois a que a TVI fizesse o seu comentário ao contrário. -----

----- O Vogal Mário Boieiro (Partido Socialista) considerou pertinente separar estas duas situações, a intervenção efectiva da Guarda Nacional Republicana e a peça que foi dado a conhe-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

cer através da TVI. Referiu que se sentiu ofendido pela forma como a reportagem foi apresentada, denegriu o Concelho e a Guarda Nacional Republicana e fez querer, pelos contactos que teve com pessoas de fora do Concelho, ver os Coruchenses um bocadinho como os maus da fita. -----

----- Em sua opinião, o Concelho de Coruche tem o direito à resposta, pelo que lançou um desafio, antes da Assembleia Municipal tomar uma posição sobre esta situação, a Mesa solicitar à TVI que faculte uma cassette com esta reportagem, para que todos os Vogais tenham oportunidade de a visionar e depois tirarem as suas ilações.-----

----- Referiu que, como pessoa admira Miguel Sousa Tavares, tendo ficado profundamente decepcionado pela forma como comentou a situação. -----

----- O Vogal Filipe Justino (Partido Socialista) referiu que não pretende fazer uma resenha da história dos ciganos, estaria aqui toda a noite, mas lembrou que após esta intervenção, há uma certa acalmia em Coruche.-----

----- Em relação à acção desencadeada pela Guarda Nacional Republicana, é preciso ver onde houve fuga de informação. Salientou que, para serem revistas as sete barracas que era suposto terem droga, teve de haver mandados que passaram pelo Tribunal, quem nos diz que não foi também uma fuga a esse nível. -----

----- Afirmou que viu a peça da TVI, subscreveu o Abaixo-Assinado e também o repugnou a forma como foi apresentada a respectiva peça, apenas foi dada a palavra a uma pessoa de etnia cigana, ninguém mais teve a palavra, mostra que não houve isenção.-----

----- Em relação à intervenção da Guarda Nacional Republicana é notório que há consenso. Relativamente ao tratamento da informação por parte da TVI, concordou que seja solicitado a respectiva cassette, para que a Assembleia Municipal possa tomar uma posição em consciência.--

----- Concordou que a Assembleia Municipal manifeste o seu desagrado como o Concelho foi tratado naquela peça. Sugeriu a indicação de uma pessoa de cada partido, para fazer a redacção do documento a aprovar.-----

----- O Vogal Francisco Gaspar (Partido Social Democrata) expressou que se este problema passa por se propor um Voto de Apoio e Solidariedade à Guarda Nacional Republicana, desde já o seu grupo municipal o propõe.-----

----- Relativamente à peça da TVI, entende que, Miguel Sousa Tavares é um comentador, como tal, comentou com base nas imagens que viu, portanto uma pessoa que mora noutra zona do país se vir aquelas imagens, provavelmente dizia o mesmo. -----

----- A Presidente da Assembleia lembrou que estão duas propostas na Mesa: -----

----- Avançar de imediato com um Voto de Apoio e Solidariedade à Guarda Nacional Republicana;-----

----- Adiar a posição desta Assembleia Municipal e solicitar à TVI a cassette para visionamen-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

to de todos os Vogais.-----

----- O Vogal Joaquim Banha (Partido Socialista) concordou que estas duas situações possam ser tratadas de forma diferente, de imediato louvar a acção da Guarda Nacional Republicana e se a maioria dos Vogais tem dúvidas quanto à peça, seguir o tratamento anteriormente sugerido.----

----- A Presidente da Assembleia referiu que o Vogal Joaquim Banha terá feito uma terceira proposta, avançar de imediato com um Voto de Apoio à actuação da Guarda Nacional Republicana.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária) sugeriu que fosse a Mesa a elaborar o respectivo documento, porque ao agendar este Abaixo-Assinado deveria apresentar uma proposta de resolução para submeter à aprovação desta Assembleia Municipal. Entende que, não há razão para se formar um grupo de trabalho, para elaboração de um Voto de Apoio e Solidariedade à actuação da Guarda Nacional Republicana.-----

----- O Primeiro Secretário apresentou a seguinte proposta:-----

----- “A Assembleia Municipal delibera, por unanimidade, na sua Sessão de um de Março de dois mil e dois, aprovar um Voto de Apoio e Solidariedade com a actuação da Guarda Nacional Republicana, no dia vinte e nove de Janeiro de dois mil e dois, no Bairro da Desgraça, em Coruche.”-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar o presente Voto de Apoio e Solidariedade e enviá-lo ao Comandante da Secção de Coruche da Guarda Nacional Republicana, Comando Geral da Guarda Nacional Republicana, Governo Civil de Santarém e Grupo de Amigos de Coruche.-----

----- A Presidente da Assembleia colocou à votação a seguinte proposta: “A Mesa solicitar ou não a cassete à TVI, para posterior visionamento por parte dos Vogais”.-----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta no sentido da Mesa solicitar a cassete à TVI para posterior visionamento.-----

----- **PONTO QUATRO - REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:-** A Presidente da Assembleia referiu que foi distribuído a todos os Vogais a proposta elaborada pelo grupo de trabalho, com as alterações ao Regimento desta Assembleia Municipal.-----

----- Seguidamente deu a palavra aos Vogais do respectivo grupo de trabalho para que fizessem a apresentação da proposta de Regimento.-----

----- O Vogal Nelson Galvão (Partido Socialista) referiu que, sendo a sua primeira intervenção nesta Assembleia Municipal, queria deixar um cumprimento especial à Mesa e restantes Vogais.

----- Em relação à proposta de Regimento, deu conhecimento que o grupo de trabalho reuniu no passado Domingo, não houve grandes alterações de fundo, foi acima de tudo adaptar este Regimento à nova Lei e no que diz respeito aos Artigos 17º, 23º e 32º, não mereceram consenso.---

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- Questionou qual a metodologia a seguir para aprovação do Regimento.-----

----- O Vogal Fernando Serafim (Coligação Democrática Unitária) referiu que a revisão ao Regimento tem alguma quantidade de trabalho, apenas se realizou uma reunião e não houve em alguns artigos consenso, nomeadamente sobre a questão de duração dos tempos. Propôs a realização de uma nova reunião e que na próxima Assembleia Municipal fosse apresentado o trabalho já completo. Existindo uma comissão e cada elemento sabe qual é a posição da força política que representa, não faz sentido votar-se ponto por ponto do Regimento, mas chegar a um consenso.--

----- Em sua opinião, o Regimento deve ser um documento que ajude os trabalhos da Assembleia Municipal e que dignifique as funções de todos os Vogais, como tal, dada a experiência do anterior Regimento, o qual foi redigido com base num Regimento-Tipo da Associação Nacional de Municípios Portugueses, propôs que os tempos actuais sejam mantidos porque são perfeitamente correctos.-----

----- O Vogal Francisco Cortez (Partido Social Democrata), afirmou que o objectivo é encontrar realmente consenso nesta matéria, tendo concordado que se realizasse nova reunião para uma melhor análise dos artigos que não obtiverem consenso.-----

----- A Presidente da Assembleia aceitou a realização de uma nova reunião, com a ressalva, que o primeiro ponto da próxima Assembleia Municipal, seja a aprovação do novo Regimento.--

----- O Vogal Nelson Galvão (Partido Socialista) questionou se o ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, fixa algum prazo, para enviar o Regimento-Tipo.-----

----- A Presidente da Assembleia informou que não fixa qualquer prazo.-----

----- Solicitou que, para rentabilidade do próprio grupo de trabalho, no caso de algum dos Vogais pretender propôs alterações, as façam chegar no tempo mais curto possível, quer ao grupo de trabalho, quer à Mesa, para que seja apresentado um documento consensualizado na próxima Sessão da Assembleia Municipal.-----

----- **PONTO CINCO – ITS, S.A. – LABORAÇÃO E ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL:-** A Presidente da Assembleia deu conhecimento que foi solicitado pelo grupo municipal da Coligação Democrática Unitária, a inclusão deste ponto na Ordem do Dia. Nesta sequência foi solicitado à Câmara Municipal que cedesse dossier relativo a este assunto, do qual fazem parte documentos relacionados com questões de contencioso, contactos institucionais e o Estudo de Impacte Ambiental, que estão disponíveis para consulta.-----

----- Seguidamente solicitou ao Vogal Fernando Serafim, proponente da proposta, que fizesse a sua apresentação.-----

----- O Vogal Fernando Serafim (Coligação Democrática Unitária) apresentou a “proposta de deliberação”, que a seguir se transcreve:-----

----- “Tivemos conhecimento de que o Executivo Municipal decidiu retirar a acção judicial

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

que o Município mantinha contra a Firma ITS, Marques, S.A., afastando-se assim do processo de pressão, acompanhamento e vigilância, perante um comportamento, que já causou graves prejuízos ambientais, nas Freguesias da Erra e Lamarosa.-----

----- Nesta atitude nota-se que não foi considerado o parecer do Instituto Superior Técnico, assinado pelo Professor Catedrático Delgado Domingos e pelo Professor Associado João Bordado.-----

----- Estes técnicos, que são superiores autoridades na matéria, declaram que o Estudo de Impacte Ambiental mandado elaborar pela ITS, Marques, S.A, é de qualidade bastante má. Não preenche os requisitos mínimos exigidos e esperáveis, não só devido a incorrecções científicas graves como por falta de fundamentação objectiva para as suas conclusões mais importantes. Não faz qualquer referência a impactes determinantes na aceitabilidade do funcionamento da instalação em termos ambientais e de saúde pública.-----

----- Não o consideram sequer um Estudo de Impacte Ambiental no sentido convencional do termo.-----

----- Posteriormente a Associação de Defesa do Património de Coruche, solicitou parecer do Estudo de Impacte Ambiental à Ordem dos Engenheiros que designou uma comissão técnica para o efeito.-----

----- O relatório técnico que enviaram em dezanove de Fevereiro de dois mil e dois vem reforçar o parecer emitido pelos técnicos do Instituto Superior Técnico e consideram que o Estudo de Impacte Ambiental não deveria ter sido aceite, não só pela sua insuficiente qualidade mas também pelo facto da entidade executante não ter credenciação demonstrada, nomeadamente o autor não pode utilizar o título de Engenheiro por não dispor de carteira profissional.-----

----- Nestes termos a Assembleia Municipal de Coruche, reunida a um de Março de dois mil e dois, delibera o seguinte:-----

----- 1 - De acordo com exposto não reconhecer a validade técnica e científica do Estudo de Impacte Ambiental.-----

----- 2 - Recomendar à Câmara Municipal de Coruche que exerça a sua influência para que seja elaborado um verdadeiro Estudo de Impacte Ambiental onde sejam definidos com clareza e rigor científico quais os instrumentos que devem ser utilizados e as normas a cumprir por forma a dar garantias de que está salvaguardada a saúde pública das populações.”-----

----- Seguidamente deu conhecimento do teor do Relatório Técnico da Ordem dos Engenheiros, emitido em vinte e seis de Novembro de dois mil e um, que a seguir se transcreve:-----

----- “Relatório Técnico sobre o Impacte Ambiente da Unidade Industrial da ITS - Coruche ---

----- 1 - Preâmbulo-----

----- Recebeu a Ordem dos Engenheiros uma queixa da Associação para o Estudo e Defesa do

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

Património Cultural e Natural do Concelho de Coruche relativa à qualidade do Estudo de Impacte Ambiental e à viabilidade da solução técnica que estará a ser adoptada na remodelação da unidade fabril da ITS. Na sequência dessa solicitação foi constituída uma Comissão Técnica composta por três representantes dos Colégios de Agronomia, de Química e de Ambiente. -----

----- 2 - Condicionamentos -----

----- A Comissão nomeada entendeu que, para além do estudo documental, deveria ouvir a entidade queixosa, a Câmara Municipal de Coruche e efectuar uma visita técnica às instalações da ITS em Coruche. -----

----- Assim sendo, no passado dia dezasseis de Novembro a Comissão reuniu em Coruche com a entidade queixosa e com a Presidência da Câmara Municipal de Coruche. -----

----- Lamentavelmente, a visita à fábrica da ITS, foi recusada pela Administração da ITS, o que conduziu a que o estudo efectuado se baseasse fundamentalmente na documentação existente sobre o assunto, nomeadamente o Estudo de Impacte Ambiental. -----

----- 3 - Estudo de Impacte Ambiental -----

----- Da análise do Estudo de Impacte Ambiental constata-se que, lamentavelmente, a qualidade do mesmo bem como dos documentos de suporte, suscita fundadas dúvidas, hesitando os signatários em classificar o referido Estudo como trabalho de Engenharia. -----

----- Na avaliação feita pela Direcção-Geral do Ambiente são ignorados aspectos que parecem essenciais, tais como: i) a unidade já não processa produtos agro-alimentares, mas resíduos de matadouros de reconhecida perigosidade para a saúde pública; ii) as transformações que seriam necessárias para a unidade operar de forma segura não podem ser classificadas de simples remodelação; iii) os resíduos (material de risco específico) que entram na unidade, e também com elevada probabilidade os produtos resultantes, deverão ser classificados como material de risco (porquanto alguns resíduos contêm o agente infectante da BSE), o que deveria alterar a metodologia a ser aplicada. -----

----- O Estudo de Impacte Ambiental enferma de diversos erros graves, começando pelo balanço de massas que é apresentado e subestima as características das emissões gasosas, bem como dos efluentes líquidos. -----

----- Também as directivas comunitárias não são observadas com rigor, nem é acautelado o cumprimento legal quando as mesmas entrarem em vigor no futuro próximo. -----

----- A Comissão foi igualmente surpreendida pelo facto das medidas de minimização preconizadas não serem consentâneas com alguns impactes identificados. -----

----- Por último, mas não menos grave, a Comissão considera que o Estudo não deveria ter sido aceite, não só pela sua insuficiente qualidade mas também pelo facto da entidade executante não ter credenciação demonstrada, nomeadamente o autor não pode utilizar o título de Engenhei-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

ro por não dispor de carteira profissional. -----

----- A Comissão recomenda que as entidades oficiais competentes deveriam ser alertadas para a necessidade de estudos da natureza em causa e de grande responsabilidade (note-se que está em risco a saúde pública), só possam ser efectuados e/ou validados por técnicos credenciados, parecendo interessante que a Ordem dos Engenheiros se disponibilize para colaborar nos mecanismos de credenciação a estabelecer.” -----

----- Seguidamente referiu que pretendia trazer à discussão este novo dado em relação à ITS Marques, porque neste momento não está garantida a saúde pública das populações, como se pode provar pelos documentos e por outro lado, solicitar que a Câmara Municipal tome as providências que entender necessárias, sobre esta matéria. -----

----- A Presidente da Assembleia aceitou a “proposta de deliberação” para apreciação do plenário. -----

----- Seguidamente deu a palavra ao Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara esclareceu que em reunião de seis de Fevereiro de dois mil e dois, a Câmara Municipal deliberou, retirar a Acção Principal, que o anterior executivo municipal tinha movido contra a ITS, Marques, porque na sequência do parecer emitido pelo Consultor Jurídico, não se justificava mantê-la. Recordou que foi a Câmara notificada em vinte e um de Dezembro de dois mil e um, que por entendimento da Juiz, a Providência Cautelar, deixava de ter eficácia, dado que tinha sido entregue o Estudo de Impacte Ambiental, mas na altura não houve qualquer contestação. -----

----- Referiu que o decorrer do processo deu à Câmara absoluta razão, porque ainda antes de ter dado entrada a desistência no Tribunal de Coruche, o Consultor Jurídico informou o seguinte: “Esclareço que já não se torna necessário desistir da Acção Principal, referenciada em epígrafe, uma vez que a Exma Juiz, e muito bem, deu um despacho no sentido da extinção da instância, por inutilidade superveniente da lide, face ao disposto na alínea e) do artigo duzentos e oitenta e sete do Código do Processo Civil. -----

----- Consequentemente a Câmara Municipal não terá que adoptar qualquer procedimento com vista à retirada da Acção Principal.” -----

----- Informou ainda, que a Câmara não se limitou deliberar retirar a Acção Principal, mas também solicitar ao Ministério do Ambiente, certidão do Estudo de Impacte Ambiental e à Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, certidão do licenciamento industrial e estabelecer contactos com um laboratório devidamente certificado ou uma faculdade habilitada para acompanhar o funcionamento desta fábrica. -----

----- Referiu que a questão do Estudo de Impacto Ambiental teve importância, mas foi entendimento da Câmara, por maioria, que a situação estava ultrapassada, não é a Câmara que o avali-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

za ou aprova, daí contestar o que foi aceite pelo Ministério do Ambiente se calhar é estar a perder tempo, sendo mais importante nesta fase, dar passos no sentido de avaliar como a fábrica está a laborar e que perigos representa para a saúde pública. -----

----- Em sua opinião, os Estudos de Impacte Ambiental, são encomendados por alguém para justificar a laboração de uma determinada indústria, naturalmente que quem o paga espera que venha ao encontro do seu interesse, ou seja, dar cobertura a essa indústria.-----

----- Informou ainda que na última reunião foi deliberado, por unanimidade, face a um convite por parte da Administração da fábrica ITS Marques, visitar as instalações, a fim dos eleitos tomarem contacto directo, bem como marcar posição em relação a actuação futura, estabelecer com a Administração um princípio de acordo para que seja vigiado o trabalho desta fábrica no dia a dia por uma comissão independente, cujas despesas serão suportadas pela Câmara Municipal e que possa apresentar resultados científicos, concretos das condições em que a fábrica está a laborar e do perigo que representa para a saúde pública.-----

----- Referiu desconhecer o parecer emitido por uma comissão da Ordem dos Engenheiros, onde é declarado que o Estudo de Impacte Ambiental não tem grande importância técnica, mas pensa que não é à Câmara que compete em definitivo dar opinião sobre a matéria. Reafirmou que o mais importante é a constituição de um grupo de trabalho que garanta a fiscalização da laboração da fábrica.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária) salientou que na “proposta de deliberação” consta duas questões essenciais, de acordo com os pareceres de entidades de conhecido mérito, dizem que este Estudo de Impacto Ambiental não tem nenhuma valia técnica, nem científica e noventa por cento é transcrito de outros Estudos, não dando garantias, daí que se delibere não o aceitar como de bom este Estudo de Impacte Ambiental, por outro lado, de facto não está em condições de o avaliar, mas pode recomendar à Câmara Municipal que exerça a sua influência para que seja elaborado um verdadeiro Estudo de Impacte Ambiental, para que em definitivo as populações o tenham como sério e a garantia de que de facto não há risco para a saúde pública.-----

----- Em sua opinião, esta questão não é um problema jurídico, é um problema político, face às explicações dadas pelo Presidente da Câmara, percebeu-se o porquê de retirar a Acção Principal, mas o fundamental é saber se este Estudo de Impacte Ambiental, com base no qual a fábrica se encontra a laborar, é bom, aceitável, de acordo com os pareceres que existem de personalidades com reputação não o é, mas está dado como válido, foi feito por alguém que de acordo com a Ordem dos Engenheiros nem sequer é Engenheiro, daí que não se pode passar por ele como se fosse um problema menor. Portanto o que está em causa é tão somente uma pressão política, no sentido de insistir num verdadeiro Estudo de Impacte Ambiental, que de uma vez por todas, dê

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

garantias às pessoas que não há risco para a saúde pública. -----

----- O Vogal António Teles (Coligação Democrática Unitária) referiu que neste momento não há segurança em termos de saúde pública. Não sendo da especialidade, mas fazendo uma leitura, a falta de rigor na linguagem, alerta qualquer pessoa que não se está perante um Estudo de Impacte Ambiental e a prova é que existem pareceres de pessoas competentes a confirmar uma situação de perfeita insegurança. As toxinas estão de facto a sair e não se faz nada para as evitar, as pessoas estão a ser contaminadas todos os dias. -----

----- Sugeriu que se trouxesse aqui os técnicos para explicar a todos os Vogais, leigos na matéria, o que se está a passar naquela fábrica. É notória uma poluição sólida à vista de toda as pessoas, as linhas de água, represas, poços e hortas, está tudo contaminado, bem como o prejuízo que é para a população. Questionou o que se fez até este momento para despoluir aquelas terras e águas. A Assembleia Municipal tem de tomar medidas no sentido de criar condições para que a saúde pública seja salvaguardada de uma vez por todas. -----

----- Recordou que nunca as entidades governamentais ajudaram a resolver o problema, envolveu-se o Município, Juntas de Freguesia da Erra e Lamarosa, Associação de Defesa do Património, Grupo Pró-Ambiente e população. Acontece que o equipamento de noite não funcionava e a população não podia estar em suas casas, era um cheiro nauseabundo, depois o problema da BSE, neste momento, há duzentas e cinquenta mil toneladas de farinha de carne produzida daquela maneira e que destino se dá a isto neste país, está a espalhar-se pela atmosfera. Aquilo que existe não é um Estudo de Impacte Ambiental, é preciso que seja sério, bem como o seu cumprimento na colocação de equipamento necessário para que a poluição não saia para a atmosfera-----

----- Em sua opinião, o Município quer através do órgão executivo ou deliberativo tem que tomar medidas, porque é a instituição mais responsável em termos públicos. -----

----- O Vogal Francisco Cortez (Partido Social Democrata) referiu que não é uma questão partidária, nesta matéria não há oposição, o que está em causa fundamentalmente é uma questão de saúde pública. -----

----- Retirando a parte partidária da “proposta de deliberação”, concordou no essencial com a mesma, porque perante o parecer técnico que neste momento a Assembleia Municipal teve conhecimento, é evidente que se tem de declarar que o Estudo de Impacte Ambiental não tem validade técnica, não é esta Assembleia que o afirma mas sim a Ordem dos Engenheiros. Assim, a questão é saber como é que o órgão deliberativo, se poder fazer alguma recomendação à Câmara Municipal, o vai fazer. -----

----- Face à deliberação da Câmara de seis de Fevereiro, no sentido de retirar a Acção Principal e solicitar certidões ao Ministério do Ambiente e Direcção Regional da Agricultura do Ribai-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

tejo e Oeste, a pergunta que se coloca é se a Câmara tem de fazer algo mais, dado que a fábrica está a trabalhar com base neste parecer técnico que a Ordem dos Engenheiros vem pôr em causa, daí a Assembleia recomendar à Câmara uma actuação mais dura nesta matéria. -----

----- Salientou que a fiscalização técnica da laboração da fábrica é indiscutível, tem que ser feita, não com uma visita, é preciso assessoria técnica com qualidade, bem como, segundo o parecer da Ordem dos Engenheiros, é com base neste Estudo de Impacte Ambiental que a fábrica está a laborar, solicitar ao Consultor Jurídico para apreciar se tem ou não fundamento uma nova iniciativa judicial, para verificar se a laboração da fábrica cumpre ou não os requisitos técnicos. -

----- Quanto à questão se deve a Câmara fazer um Estudo de Impacte Ambiental, entende que é matéria claramente da função executiva, com estas duas situações, fiscalização e actuação jurídica, duvida se é uma boa recomendação.-----

----- Terminou dizendo que não é uma questão partidária ou de opinião, o que está em causa é se do ponto de vista da Assembleia Municipal, deve-se pressionar o executivo para ter uma atitude mais interventiva nesta matéria, o que julga que sim.-----

----- O Vogal Joaquim Nunes (Coligação Democrática Unitária) concordou que não pode ser uma questão política, como parecia que estava a ser tratado, porque é uma questão de saúde pública. Referiu que estando presentes alguns Vogais do Partido Socialista que moram na região sabem perfeitamente os cheiros que existiam. -----

----- Salientou que, todas as fábricas são pouco mais ou menos poluentes, uma poluição mais ou menos abrangente para a saúde pública, mas aqui o caso não é assim tão simples, não é mesmo nada simplório, porque muitos países nem sequer querem estas fábricas, o que se está a passar é uma incineradora clandestina para tratar produtos altamente perigosos.-----

----- Salientou que aquando da instalação da fábrica, a Câmara teve alguma culpa, no entanto, inicialmente foi para fazer tratamento de produtos alimentares que não tem nada a ver com os produtos hoje ali tratados e quando começou a aparecer o problema da BSE, ninguém queria queimar estes produtos. -----

----- Referiu que esta Assembleia deve tratar dos assuntos do povo deste Concelho, para que as situações avancem no bom caminho e não deturpar as informações e as consequências que podem surgir no futuro. -----

----- O Vogal Fernando Serafim (Coligação Democrática Unitária) concordou que não compete à Câmara fazer um Estudo de Impacte Ambiental, nem ninguém está a exigir que o faça, no entanto, há uma questão que compete à Câmara e à Assembleia que é o problema da saúde pública, um dos deveres que se tem de garantir às populações. -----

----- Recordou que a fábrica começou a funcionar em mil novecentos e noventa e três e sempre poluiu e face a necessidade de indústria no Concelho, de facto o poder político municipal

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

sempre condescendeu em relação a essa situação, mas atingiu proporções alarmantes em mil novecentos e noventa e oito quando começou o problema da BSE, e só quem visitou na altura as instalações pode ter uma ideia, o estado a que se chegou e é bom que se diga que teve a cobertura do poder político, do actual governo do Partido Socialista.-----

----- O Vogal Romualdo Boiça (Coligação Democrática Unitária) referiu que em relação ao Estudo de Impacto Ambiental, apesar de aprovado pelo Ministério do Ambiente, pode ser contestado e se estiver incorrecto, será revogado.-----

----- Em sua opinião, na base desta decisão esteve acima de tudo uma questão política.-----

----- Sugeriu que aquando da visita à fábrica agendada pela Câmara, a convite da Administração, se faça acompanhar de dois ou três peritos que de alguma forma possam verificar a fábrica, senão será entendida como uma visita de charme, as pessoas vão ver as instalações e depois fica tudo na mesma, se realmente o convite é feito na boa fé e não há nada a esconder da parte da Administração, deve a mesma estar aberta a que a Câmara se faça acompanhar de alguém entendido na matéria.-----

----- A Presidente da Assembleia afirmou que esta situação é mesmo uma questão de saúde pública. Chamou a atenção que deve haver algum rigor no tipo de linguagem, quando se fala em populações que estão a ser intoxicadas, com toxinas enviadas para o ambiente, se é de facto uma questão política também é técnica e procurando-se o rigor técnico não se pode fazer este tipo de afirmações sem se ter rigorosamente a quantidade das medições aéreas que estão a ir para o ambiente. Fez notar a presença da comunicação social na sala e quando passarem esta notícia, as populações ficam aterrorizadas, dado que foi afirmado na Assembleia Municipal que estavam a ser intoxicadas, em saúde pública tem de haver algum rigor em relação à linguagem.-----

----- Lembrou que nesta fábrica faz-se a produção de farinha, que é o produto final de uma cadeia de degradação dos animais que são suspeitos de ter BSE, como era antes de mil novecentos e noventa e oito, com outro tipo de animais, por exemplo os brucélicos, em muito menos condições técnicas que tem hoje em termos de laboração, mas quando se pensa nisto temos de pôr em alternativa a farinha dos animais que eventualmente vai ter um destino final que rapidamente se vai encontrar ou são os animais depositados depois de serem mortos nos matadouros.-----

----- Em saúde pública tem que se ter um pouco estas medidas, porque todas elas têm implicações, por um lado, o medo e o terror, é um pouco estas frases que por vezes se utiliza dado o entusiasmo com a forma de apresentar as questões, pode ter de alguma forma impacto negativo e não é isso que se pretende, mas sim que a fábrica labore nas melhores condições possíveis em termos de saúde pública e isso tem a ver com as emissões aéreas, os efluentes líquidos e cheiros, não tem uma perigosidade em doenças, mas que incomodam e não são desejáveis.-----

----- Salientou que os pareceres técnicos serão de levar em conta, mas por outro lado, há legis-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

lação e instituições a quem compete fazer licenciamentos, creditar técnicos, creditar empresas para fazer o Estudo de Impacte Ambiental, creditar o próprio Estudo de Impacto Ambiental, estamos num estado de direito, é evidente que se pode influenciar a alteração dessa própria legislação, bastará e poderá estar nos objectivos fazer isso, mas há que pensar um pouco. -----

----- Referiu que não se pode perder de vista a vigilância da fábrica instalada no nosso terreno, e tudo o que for feito nesse sentido terá que ser solicitado à própria fábrica, porque tem de fazer o controle das emissões e a autarquia deve fazer a vigilância desse controle. -----

----- Seguidamente a Presidente da Assembleia solicitou autorização para continuação dos trabalhos pelas zero horas. -----

----- A Assembleia deliberou, por unanimidade, autorizar a continuação dos trabalhos. -----

----- O Vogal Osvaldo Ferreira (Coligação Democrática Unitária) referiu que, face ao desconhecimento por parte do executivo destes pareceres, era de bom senso fazer-se pressão junto do Ministério do Ambiente sobre este relatório para que fosse revisto o Estudo de Impacto Ambiental, porque por vezes há situações que funcionam com algum facilitismo e também com alguma conveniência. -----

----- Frisou que quando hoje está em causa a problemática da coíncineração, tem receio que esta fábrica, não tendo nada contra a sua localização em Coruche, possa estar a ser um instrumento utilizado pelo Governo para fazer coíncineração marginal, ou seja, possa ter havido um facilitismo na apreciação deste relatório ambiental, não quer acreditar, mas face a estes pareceres técnicos, é necessário reforçar junto do Ministério do Ambiente uma nova apreciação ao relatório apresentado anteriormente. -----

----- O Vogal Joaquim Banha (Partido Socialista) referiu que de facto até mil novecentos e oitenta e oito não esteve muito mal, depois houve alterações técnicas e mais ou menos ano e meio verificou-se mudanças na qualidade, quem visitou a fábrica no início, agora encontra algumas diferenças. -----

----- Considerou que aquando a instalação da fábrica houve conveniência da Câmara e também do Ministério da Agricultura, de facto é verdade, posteriormente veio o movimento da população das Freguesias de Erra e Lamarosa, que sentiram na pele os problemas e o Presidente da Câmara cessante apoiou também o movimento, mas depois não quis acompanhar a evolução técnica e a partir daí procurar informações a quem de direito. -----

----- Em relação à visita à fábrica por parte da Câmara, sugeriu a companhia de elementos também da Assembleia, seria interessante terem algum conhecimento da situação. -----

----- Em termos de relatório da Ordem dos Engenheiros, segundo ponto, terceiro parágrafo, é dito que não tiveram acesso à fábrica nem aos documentos daquela técnica, assim este documento é limitado. Acredita nos Engenheiros, no entanto, nestas condições não se pode afirmar que

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

está a funcionar bem ou mal. -----

----- Considerou interessante a Câmara contactar uma entidade responsável para acompanhamento da fábrica.-----

----- O Vogal José Júlio (Partido Socialista) referiu que os Vogais desta Assembleia Municipal não têm noção o que são subprodutos, quando se fala em material de risco, este está dividido em material de risco específico, alto risco e baixo risco. -----

----- Esclareceu que hoje em dia, em relação à BSE, a todos os animais com mais de trinta meses que dão entrada no matadouro é feito um despiste rápido à doença, significa isto que aquela fábrica recebe material de risco específico e alto risco (tripas, cabeças e bandulhos) mas muitas vezes sem nada de BSE. -----

----- Lembrou que a fábrica passou por três fases bem distintas, a primeira quando foi implantada pela Coligação Democrática Unitária no Concelho, depois outra fase que correu bastante mal, estava acima das suas próprias capacidades, os descarregamentos eram efectuados a céu aberto, recebia material de alto risco específico a nível do país inteiro e não tinha as mínimas condições, havendo pessoas que se movimentaram e chegou ao ponto do Ministério da Agricultura mandar suspender a fábrica, e ainda outra situação pela Providência Cautelar voltou a ficar suspensa de laboração, depois os Ministérios do Ambiente e da Agricultura fizeram um despacho conjunto e reabriram a fábrica, indo contra a decisão do Tribunal que mais tarde mandou encerrar de vez a fábrica.-----

----- Referiu que entretanto foi apresentado o Estudo de Impacte Ambiental, que o Ministério do Ambiente, o Instituto de Promoção Ambiental e o Instituto Nacional de Resíduos, as três entidades que o aprovaram, daí considerar que se está a pôr em causa a coerência e a idoneidade dos técnicos que o aprovaram. -----

----- Afirmou que seria muito mais idóneo e correcto que a Ordem dos Engenheiros e os dois técnicos do Instituto Superior Técnico, se tivessem deslocado ao local em plena laboração da fábrica e fizessem realmente os seus pareceres, o que não aconteceu, foi solicitado numa altura que a fábrica estava fechada. -----

----- Informou que mensalmente é verificado a qualidade do ar e recursos hídricos, superficiais e subterrâneos, são tiradas amostras pela própria fábrica que por sua vez são encaminhadas para uma comissão de avaliação feita pelo Ministério do Ambiente, Instituto de Promoção Ambiental e Instituto Nacional de Resíduos, e depois enviadas para o laboratório acreditado, Centro Tecnológico de Indústrias do Couro. -----

----- Afirmou que a Coligação Democrática Unitária é a causa do problema e não a solução, porque se não tivesse implantado a fábrica no Concelho o problema não existia neste momento. -

----- O Vogal Mário Boieiro (Partido Socialista) louvou a Associação de Defesa do Patrimó-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

nio pelo parecer solicitado em relação ao Estudo de Impacto Ambiental, tendo assim manifestado defender os interesses da saúde pública, que aparentemente estão a ser violados. -----

----- Afirmou que tem conhecimento que também os particulares, neste caso a Comissão Pró-Ambiente, poderão também apresentar as suas queixas, colocar em causa este Estudo de Impacte Ambiental a nível judicial. Em sua opinião, deve-se separar o estatuto de estado paternalista, porque há-de ser a Câmara e não as próprias populações. -----

----- Sugeriu o acompanhamento técnico, através de entidades competentes, da situação que neste momento decorre, porque o Estudo de Impacto Ambiental que é posto em causa, se calhar actualmente a situação já não é nem de longe nem de perto aquela que se detectou na altura, sendo uma questão a ponderar. -----

----- O Vogal Osvaldo Ferreira (Coligação Democrática Unitária) concordou com as afirmações do Vogal Mário Boieiro, no entanto, relembrou que sendo possível também a órgãos de carácter privado aquilo que a Assembleia Municipal está a tentar fazer, porque não fazê-lo em conjunto. -----

----- O Vogal Joaquim Nunes (Coligação Democrática Unitária) recordou os Vogais desta Assembleia Municipal que o George Bush, não assinou o Tratado do Kioto, porque diz que é mentira que não há poluição atmosférica, nem buracos de ozono, portanto não se venha branquear algumas situações. -----

----- A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que de facto compete à Câmara licenciar as construções e não o licenciamento industrial, mas aceitará as recomendações que a Assembleia entender apresentar. -----

----- Referiu que, sem pôr em causa tudo aquilo que se possa fazer no sentido de se contestar a validade do Estudo de Impacte Ambiental, neste momento, é mais urgente fiscalizar a actividade da fábrica. -----

----- Afirmou que a Câmara não pretende fazer uma visita de charme e quem conhece a fábrica sabe que não é nada charmosa, pelo contrário, cheira bastante mal, não havendo perspectiva nenhuma de charme mas de corresponder a uma solicitação por parte da Administração para uma visita à fábrica. Entende que, não faz sentido convidar à última da hora um técnico, dado que a verificação técnica da laboração da fábrica não se faz com uma visita. -----

----- Salientou que se está perante uma questão de saúde pública e não uma questão política. --

----- Estranhou que a comissão empenhada nesta batalha não tenha dado conhecimento à Câmara do Relatório da Ordem dos Engenheiros, para que estivesse habilitada à discussão em função de mais um dado. Entende haver alguém que pretende explorar politicamente e se calhar tirar alguns dividendos, uma vez que guardou esta informação técnica e jogou com ela em plena As-

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

sembleia Municipal e quem fala que não quer fazer política está a fazê-la. -----

----- Referiu que não é verdade a afirmação do Vogal Fernando Serafim “que a Câmara sempre condescendeu”. Lembrou que houve três períodos de laboração da fábrica, primeiro em que não há praticamente queixas, uma ou outra situação pontual, depois um período gravíssimo quando entra a sobrecarga derivada da BSE e mais recente uma série de transformações técnicas e que aparentemente está a laborar em melhores condições. Em relação ao primeiro período, a Câmara em Setembro de mil novecentos e noventa e quatro, através do Serviço de Fiscalização levantou um Auto de Notícia, e sendo na altura Vereador tinha como responsabilidade a fiscalização desta situação, mandou instaurar o Processo de Contra Ordenação Nº 69/94, que não foi tão pacífico assim, em Outubro a fábrica contestou e em Novembro por deliberação de Câmara foi aplicada uma coima no valor de duzentos e cinquenta mil escudos, tendo a fábrica pago em Fevereiro de mil novecentos e noventa e cinco, o que prova que não é verdade que sempre se condescendeu. -----

----- Referiu ainda que no último mandato muito se agitou sobre a questão da fábrica, através de declarações públicas e jornais, falou-se que a Câmara tinha feito uma queixa crime contra a fábrica, mas não se sabe onde está, foi apenas matéria de propagando para os jornais. -----

----- Recordou ainda que na sequência de processos ocorridos no mandato anterior, também foram aplicadas três coimas a esta fábrica, nos valores de três mil contos, dois mil contos e setecentos e cinquenta contos, foi deliberado em reunião de Câmara entregar esse dinheiro a duas Associações uma da Freguesia da Erra e outra da Lamarosa, pergunta-se onde está o dinheiro, já foi entregue ao Centro de Dia da Lamarosa ou ao futuro Centro de Dia da Erra, os cinquenta por cento que foi deliberado? Acontece que não foi, a Câmara esqueceu-se de requerer ao Tribunal que esse dinheiro entrasse nos seus cofres, estando o mesmo, há cerca de um ano, nos cofres do Tribunal, o qual foi requerido já durante o presente mandato. Salientou que quando se fala com tanta força, quando se afirma as situações com toda esta agitação, é preciso também depois concretizar as coisas mais importantes do que fazer grandes parangonas, divulgação para os jornais e tentar empolar para a opinião pública, tem de haver rigor no cumprimento dos passos a que nos propomos. -----

----- Referiu que a Câmara é parte interessada no bom funcionamento da fábrica e na saúde pública das populações. -----

----- O Vogal Francisco Cortez (Partido Social Democrata) apresentou uma proposta do seguinte teor: -----

----- “A Associação de Defesa do Património de Coruche, solicitou parecer do Estudo de Impacte Ambiental da ITS Marques, à Ordem dos Engenheiros que designou uma comissão técnica para o efeito. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- O relatório técnico que enviaram em 19.02.2002, em anexo e hoje apresentado nesta Assembleia Municipal vem reforçar o parecer emitido pelos técnicos do Instituto Superior Técnico Professor Delgado Domingos e João Bordado e consideram que o Estudo de Impacte Ambiental não deveria ter sido aceite, não só pela sua insuficiente qualidade mas também pelo facto da entidade executante não ter credenciação demonstrada, nomeadamente o autor não pode utilizar o título de Engenheiro por não dispor de carreira profissional.-----

----- Nestes termos a Assembleia Municipal de Coruche, reunida em 01.03.2002 delibera o seguinte:-----

----- 1 - De acordo com o exposto manifestar as suas reservas sobre a validade técnica e científica do Estudo de Impacte Ambiental.-----

----- 2 - Recomendar à Câmara Municipal de Coruche que:-----

----- a) Fiscalize com todo o rigor e apoio técnico necessário a laboração da fábrica ITS Marques.-----

----- b) Pedir o parecer do Consultor Jurídico sobre a viabilidade de actuar judicialmente com vista a garantir que a laboração da fábrica cumpra os requisitos legais em matéria de saúde pública.-----

----- c) Exerça a sua influência para que seja elaborado um Estudo de Impacte Ambiental por forma a dar garantias de que está salvaguardada a saúde pública das populações.”-----

----- A Presidente da Assembleia afirmou não se sentir em condições de dizer que não reconhece a validade do Estudo de Impacte Ambiental, existe um parecer da Ordem dos Engenheiros e sendo técnica da área das ciências, não pode tomar esta posição, dado não ter instrumentos que digam que a Ordem dos Engenheiros, com todo o respeito, é mais credenciada do que quem elaborou o Estudo de Impacte Ambiental e quem o homologou.-----

----- O Vogal Armando Rodrigues (Coligação Democrática Unitária) retirou a proposta do seu grupo municipal e concordou com a proposta de redacção apresentada pelo Vogal Francisco Cortez.-----

----- O Vogal Osvaldo Ferreira (Coligação Democrática Unitária) afirmou que se está a colocar em causa uma ordem que é reconhecida, havendo formas técnicas de se conseguir ver quando um projecto está a ser bem executado ou não.-----

----- A Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta de recomendação apresentada pelo Vogal Francisco Cortez.-----

----- A Assembleia deliberou, por maioria, com vinte e sete votos a favor e um voto contra do Vogal António de Jesus (Partido Socialista), aprovar a presente proposta de recomendação e enviá-la à Câmara Municipal.-----

----- **PONTO SEIS - ACTIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO:-**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

Foi presente o ofício número mil seiscentos e um de vinte e cinco de Fevereiro de dois mil e dois, anexando o Relatório da Actividade e Situação Financeira do Município, respeitante ao período de quinze de Dezembro de dois mil e um a vinte e dois de Fevereiro de dois mil e dois, o qual fica a fazer parte integrante da presente Acta. -----

----- A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara. -----

----- O Presidente da Câmara fez uma introdução ao respectivo Relatório, tendo realçado as seguintes acções:-----

----- Colóquio no Museu Municipal com a Dra. Maria Alberta Menéres, que se realizou no dia vinte e seis de Fevereiro de dois mil e dois, com enorme afluência de pessoas. -----

----- Participação na 19ª Ovibeja, no dia dedicado ao Ribatejo, vinte e três de Março, com um colóquio na área de produção e actividade industrial da cortiça, bem como ainda a presença do Rancho Folclórico da Fajarda. -----

----- Inauguração do Espaço Internet do Museu Municipal, no passado dia vinte e um de Fevereiro. Situação que decorre de um Protocolo entre a Câmara Municipal e a Associação de Municípios da Lezíria do Tejo;-----

----- Realização de Actividades de Carnaval;-----

----- Complexo Desportivo do Grupo Desportivo “O Coruchense”, está a ser reavaliada a questão da possibilidade de o mesmo passar a ser propriedade do Município, tendo em conta que a colectividade não se pode candidatar a fundos comunitários ou outros apoios, porque não tem o Estatuto de Utilidade Pública, um processo a desenvolver neste momento e a decorrer com celeridade demora cerca de um ano ou talvez mais. Lembrou que sendo “O Coruchense” o dono da obra, até ao momento, não contribuiu com nenhum dinheiro para a realização da mesma, a Câmara já investiu cento e vinte mil contos, nomeadamente em terraplenagens e muros de suporte. Face ao investimento que é necessário fazer neste espaço e tendo em conta o dinheiro que lá se gastou, considerou a situação razoável, ser a Câmara futura dona da obra, para se poder candidatar a fundos e apoios comunitários. -----

----- Em relação à urbanização, aguarda-se a conclusão de alguns arruamentos (segunda camada de betuminoso) na Fajarda e Biscaíño, por parte do empreiteiro, bem como no Retiro da Erra e Rua da Fonte na Lamarosa, a Câmara fez uma parte do trabalho, a colocação de tout-venant e vai adjudicar o seu alcatroamento. Em relação à Varejola está a realizar um arruamento, incluindo também um troço no Concelho de Mora, com o compromisso da Câmara Municipal de Mora pagar esses trabalhos. -----

----- Construção de rede de águas residuais na Branca e Fajarda, estando em fase de conclusão o projecto; -----

----- Concurso para construção do depósito elevado em Montinhos dos Pegos, está a decorrer; -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- Abastecimento de água na Erra, encontra-se em funcionamento o reservatório apoiado;---

----- Conclusão da rede de águas na Avenida da Liberdade e 1º de Maio, em Santana do Mato, estando também previsto, a curto prazo, o asfaltamento destas duas Ruas;-----

----- Substituição da conduta de água no Paúl e Limoeiro, obra que está neste momento a ser iniciada; -----

----- Em relação à Zona Industrial do Monte da Barca, está previsto a alteração do Plano de Pormenor, sendo expectativa fazer concurso para adjudicar este trabalho de maneira que seja feito com celeridade, porque há algumas situações pendentes de lotes que precisam de serem resolvidas com urgência. Quanto à zona de expansão, o loteamento brevemente estará concluído, dando possibilidade a alguns investidores que precisam de se instalarem;-----

----- Quanto à Zona Oficial da Lamarosa, os processos para a realização das escrituras dos respectivos lotes estão praticamente concluídos. Neste momento encontra-se em fase final a elaboração do projecto de intervenção urbanística;-----

----- Execução do projecto de remodelação do edifício dos Paços do Concelho; -----

----- Instalação no Couço de uma Delegação da Câmara Municipal a funcionar diariamente, de maneira a poder servir os munícipes com mais celeridade, uma maior proximidade às populações, estando previsto já o respectivo local; -----

----- Em relação à Situação Financeira do Município, o ponto da situação é até ao dia quinze de Fevereiro de dois mil e dois. Os números são dinâmicos, hoje, possivelmente os valores não são exactamente estes, mas para se ter uma ideia da ordem de grandeza, os compromissos assumidos pela Câmara, rondam um milhão e trezentos mil contos.-----

----- Está a decorrer a obra das Piscinas Municipais o que vai obrigar a Câmara a suportar encargos orçados em cerca de um milhão e oitenta e cinco mil contos, é natural que haja erros e omissões e alguma revisão de preços que vá um pouco mais além os custos desta obra, mas a manterem-se resultará para a Câmara um valor de setecentos mil contos, e tem a ver com partes da obra que não têm possibilidade de financiamento, concretamente a área coberta das Piscinas Municipais, nomeadamente uma zona social, restaurante, bar e uma parte de arranjos exteriores, o chamado tanque de saltos e torre de saltos. A Câmara está a envidar esforços junto da empresa construtora, no sentido de aliviar custos que não considera de essenciais, sobretudo na utilização de materiais previstos nos acabamentos, por exemplo a aplicação de calçada de granito nas zonas do exterior e parques de estacionamento, substituir por asfaltamento em betuminoso, as caixilharias previstas são em aço é possível fazer a mesma caixilharia em alumínio de boa qualidade, poupa-se umas dezenas de milhares de contos, de maneira que a obra tenha uma menor incidência em termos de custos, já que o seu financiamento não é muito significativo, face ao cariz e dimensão da obra.-----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- Em relação ao Emissário da Vila de Coruche o processo encontra-se em fase de conclusão para abertura de novo concurso. Realizou-se uma reunião com a empresa a quem foi adjudicada a obra, no sentido de não haver prejuízo para a Câmara pelo facto de a obra não se poder concretizar, dado que decorreu mês e meio entre a recusa do Visto do Tribunal de Contas e o conhecimento público do mesmo e a empresa deveria ter sido notificada com mais antecedência. Realizou-se ainda uma reunião na Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo e também com a empresa Águas de Portugal, a qual vai assumir uma parte desta obra, o tratamento de esgotos, no sentido de ter a garantia absoluta de que essa empresa se mantinha disponível para assegurar o financiamento, havendo absoluta luz verde nesse sentido, se tudo correr bem, na próxima semana será lançado novo concurso e a obra será iniciada dentro de seis ou sete meses. -----

----- A Presidente da Assembleia sugeriu que, em relação à forma de apresentação do presente Relatório, na próxima Sessão o mesmo fosse enquadrado já em objectivos estratégicos da Câmara Municipal, dado que é extremamente difícil a sua interpretação e ter a certeza que se fez as acções mais importantes para os munícipes. Sugeriu que o mesmo deve ser enquadrado em termos do que deve ser feito no melhor sentido, portanto com planeamento anterior. -----

----- O Presidente da Câmara esclareceu que o documento foi elaborado de acordo com o habitual, mas concorda que deve ser um pouco mais acessível, no sentido de ter uma leitura mais fácil por parte dos Vogais, daí aceitar a recomendação e o compromisso, em conjunto com os técnicos, para que na próxima Sessão o Relatório da Actividade e Situação Financeira, seja apresentado de uma forma entendível e não necessariamente qualificada para especialistas. -----

----- A Presidente da Assembleia deu de seguida a palavra aos Vogais. -----

----- Alguns Vogais questionaram o Presidente da Câmara, sobre diversas acções: -----

----- O Vogal Francisco Gaspar (Partido Social Democrata) questionou o que na realidade foi feito relativamente ao Conselho Municipal da Juventude. -----

----- Em relação às Piscinas Municipais, questionou se é verdade que devido a uma indefinição por parte da Câmara, no que diz respeito ao projecto, está a empresa Teixeira Duarte a ser indemnizada, numa importância diária. -----

----- Quanto à conclusão do projecto de execução de Habitação Social, o que se entende por esta acção. -----

----- Arruamentos na Fajarda, nomeadamente na Rua do Minderico, para quando a sua conclusão, bem como se a adjudicação da empreitada da Rua Nova na Fajarda, é uma prioridade a sua realização. -----

----- Instalação de uma Secção da Câmara Municipal na Vila do Couço como um bloco, ou uma Delegação como referiu o Presidente da Câmara. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- Recordou que, durante a campanha eleitoral e após a vitória do Presidente da Câmara, por várias vezes foi afirmado que a Situação Financeira não era boa, haveria uma dívida que rondava um milhão e quinhentos mil contos. Face a esta situação, questionou porque não se fez uma auditoria externa às contas da Câmara Municipal. -----

----- Aquando da introdução ao Relatório da Situação Financeira, o Presidente da Câmara falou numa dívida em cerca de um milhão e trezentos mil contos, não colocando em causa de forma nenhuma a sua afirmação, no entanto, verifica-se no quadro respeitante a “Fornecedores Correntes” um valor de cinquenta e nove mil contos, provavelmente não é real dado que não estão todos vencidos, “Aguardar Financiamentos - Empreitadas” um valor de oitenta e cinco mil contos, estão a aguardar financiamentos, não é dívida da Câmara e “Aguardar Contrato - Fornecimentos Correntes - Empreitadas” um valor aproximadamente de cento e trinta mil contos, são obras não contratualizadas, pode-se concluir que se calhar não chega a um milhão de contos.-----

----- Em relação à capacidade de endividamento, ao contrário do que decorre em Coruche, entende que, a Câmara não está subendividada, nem numa situação catastrófica, existe uma enorme margem de manobra para fazer um excelente trabalho. -----

----- O Vogal Fernando Serafim (Coligação Democrática Unitária) questionou sobre a realização da Feira do Regadio este ano, face a uma entrevista do Presidente da Câmara na Rádio Voz do Sorraia, a mesma foi posta em causa. Em sua opinião, é um evento com alguma importância em termos Concelhio e Regional, muito bem aceite quer pela população, quer pelos agentes económicos, conseguia reunir não só a questão da Feira em si mas também a exposição dos produtos e os debates técnicos que foram muito importantes. -----

----- Quanto ao corte de árvores na Avenida Luís de Camões, questionou se havia essa necessidade neste momento, nomeadamente junto ao rio, podia-se esperar que acontecessem as obras do Emissário, que em princípio só irão ser efectuadas em dois mil e três.-----

----- O Vogal Joaquim Banha (Partido Socialista) questionou sobre a situação da ETAR em Santana do Mato, bem como em que fase se encontra a negociação para a aquisição do terreno envolvente ao Centro Social de Santana do Mato, dado haver uma Associação que está a desenvolver acções em termos da construção do futuro Centro de Dia. -----

----- O Vogal Ilídio Serrador (Coligação Democrática Unitária) referiu que na sequência da visita ao Concelho do Director de Estradas de Santarém, teve conhecimento através de um órgão da comunicação social, da proposta de desclassificação da Estrada da Erra que passaria a Estrada Municipal, tendo questionado se há mais algumas Estradas e para quando a sua desclassificação.

----- Em sua opinião, esta visita foi mais uma vez para dar conhecimento do adiamento de algumas obras, como o Pontão da Agolada, Estrada Nacional 114-3 e Semaforização nas localidades de Fajarda e Azervadinha. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- Seguidamente fez uma abordagem de compromissos assumidos através de documentação enviada à Junta de Freguesia da Fajarda, relativamente à Estrada Nacional 114-3, colocação de novo piso e semaforização, o que não corresponderam à verdade. -----

----- A Presidente da Assembleia fez notar ao Vogal Ilídio Serrador que beneficiou da benevolência da Mesa, porque as questões que acabou de referir não estão dentro do ponto da Actividade da Câmara, apenas a desclassificação da Estrada da Erra. -----

----- O Vogal Isidro Catarino (Coligação Democrática Unitária) referiu que tem conhecimento que já foi adquirido o equipamento destinado à construção de um Circuito de Manutenção na Vila do Couço, havendo o compromisso do anterior executivo com a Junta de Freguesia de Couço e o Grupo Desportivo Águias do Sorraia, para quando a sua instalação. -----

----- A Vogal Fátima Bento (Partido Social Democrata) registou com agrado a forma como a situação dos fornecedores se apresenta, na medida que aparece desagregada, sendo uma forma clara de apresentar estes números e que deve continuar a ser registado. -----

----- A propósito do Manifesto que a Assembleia subscreveu, solicitou que não se tornem estas medidas como avulsas no contexto nacional e que possam ser de facto a nível local, ou seja, decorre neste momento toda uma reapreciação da rede escolar, havendo necessidade de enquadrar todo esse movimento num programa muito mais vasto de desenvolvimento educativo global deste Concelho. -----

----- Em sua opinião, é necessário e urgente fazer um projecto que se consubstancie num documento que defina claramente as prioridades para os próximos quatro anos na área da educação e que resulte de uma forma de negociação conjunta entre os intervenientes municipais e as unidades educativas. -----

----- Referiu que este documento tem de ser orientador da política educativa concelhia, que não existe, e representará para a comunidade educativa do Concelho um programa de trabalho, não só a nível dos investimentos, mas onde conste de forma clara as necessidades e as prioridades e deverá de conjugar claramente aquilo que vier a ser discutido em matéria de rede escolar, não só o encerramento como a criação de novas unidades ou escolas e que sejam afectadas de forma muito clara aos respectivos recursos, manutenção, reparação, melhoramentos ou outras medidas e sobretudo redes de apoio sócio-educativo, só assim se poderá ter de facto uma melhoria global da prática educativo neste Concelho. -----

----- Lembrou que tardiamente este Concelho olhou para a educação, nos últimos quatro anos fez algo, mas pelo facto de não ter existido planeamento anterior, permitiu que se tivessem feito alguns investimentos que se calhar não foram a melhor escolha e para que não se façam investimentos que depois não tenham qualquer validade de futuro, que podem a curto prazo serem encerrados, é urgente tratar esta matéria. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- Sugeriu ainda que fossem fiscalizadas as antenas de telemóveis existentes no Concelho, nomeadamente em Santana do Mato a situação deve ser analisada. -----

----- A Presidente da Assembleia referiu que entende a intervenção da Vogal Fátima Elvas, como uma recomendação para futuro planeamento da Câmara Municipal, pelo que a Assembleia deverá estar atenta a esta situação. -----

----- Seguidamente deu a palavra ao Presidente da Câmara, a fim de prestar os devidos esclarecimentos. -----

----- O Presidente da Câmara referiu que no essencial concorda com a Vogal Fátima Elvas em relação à política educativa no Concelho, sendo fundamental que haja uma perspectiva a médio e longo prazo. -----

----- Informou que há Escolas do Ensino Básico que estão na perspectiva de fechar no próximo ano lectivo, havendo uma proposta do Ministério no sentido de encerrar dez estabelecimentos no Concelho, e se para alguns deles, do ponto de vista pedagógico, pode haver alguma sustentação para outros é extremamente difícil, como é o caso da Escola do Feixe, que foi beneficiada há pouco tempo e tem três alunos neste momento. Em termos de despesas futuras, transportes e refeições, bem como a transferência das crianças para outras Escolas, estando o dia inteiro deslocadas da família, e ainda em termos de quadro de pessoal, professores e pessoal auxiliar, que poderão ficar no desemprego, levantam-se muitas reticências ao encerramento das Escolas. Quanto ao Ensino Secundário há a perspectiva de encerramento de alguns dos cursos, será fundamental que se preveja essa situação, num estudo a médio e longo prazo. -----

----- Deu conhecimento que a Câmara reuniu, há poucos dias, com o Águias do Sorraia e a situação do Circuito de Manutenção da Vila do Couço não foi colocada, no entanto, uma vez que o equipamento já está adquirido, é uma questão a acordar com o Águias do Sorraia, em conjugação com a Junta de Freguesia de Couço, congregar esforços para se colocar o mesmo a funcionar. -----

----- Relativamente à visita ao Concelho do Director de Estradas de Santarém, entende que a interpretação feita pelo Presidente da Junta de Freguesia de Fajarda é pessoal, pelo que não irá transmitir recados. Na sua perspectiva as questões da rede viária do Concelho e outras resolvem-se pelo diálogo. Informou que teve uma reunião com o Director de Estradas de Santarém, onde foram abordadas questões respeitantes à rede viária do Concelho, e depois convidou-o a visitar o Concelho, para no local se verificar as várias situações. As declarações proferidas pelo Director de Estradas de Santarém são da sua responsabilidade e naturalmente que se pode avaliar o seu cumprimento ou não, no futuro. -----

----- Em relação à Estrada da Erra há vantagens na sua desclassificação, dado que no Plano Rodoviário Nacional de dois mil esta estrada não tem perspectivas de continuidade. Lembrou

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

que recentemente foi feito um novo piso até ao cruzamento da Erra, encontrando-se o restante troço ao abandono, no entanto, este trajecto pode servir os interesses da rede viária concelhia, prolongando mais cerca de dois quilómetros, vai encontrar a ligação da Escusa para o Feixe, que em parte já está alcatroada e como a Câmara prevê alcatroar, durante este mandato, o troço entre o Alto da Texugueira e Feixe, no futuro poderá existir uma via de circulação interna que é essencial para o descongestionamento da zona do cruzamento do Monte da Barca ou quem vem da Freguesia do Couço. A desclassificação passa por um processo de protocolo em que a Câmara remete à apreciação um projecto para intervenção na respectiva estrada e a Direcção de Estradas compensa a Câmara com um valor que rondará os dezoito mil contos o quilómetro. -----

----- Deu ainda conhecimento que segundo informação do Director de Estradas de Santarém, houve o compromisso do anterior executivo de solicitar a desclassificação desta estrada, porque há uma situação por resolver em relação aos muros de suporte do terreno do Complexo Desportivo do Grupo Desportivo “O Coruchense”, os quais não estão autorizados. Sendo uma Estrada Nacional os mesmos só podem ser construídos a uma distância superior a cinquenta metros. -----

----- Nesta sequência foi proposto pela Câmara também a desclassificação do troço de Santo Antonino, entre o Castelo e Vale Mansos, porque sendo um troço que é urbano, onde há necessidade de muitas intervenções, em que o licenciamento de obras por vezes é dificultado por ser uma Estrada Nacional, havendo abertura nesse sentido, a Câmara irá avançar com o projecto para desenvolver um protocolo para que o troço passe a municipal. Aliás houve um processo idêntico entre o troço do Jardim e o Castelo, que já foi desclassificado há uns anos. -----

----- Relativamente à Feira do Regadio nunca afirmou que estava em causa a sua realização, mas que estava em estudo esta situação. Em sua opinião, o ano passado decresceu bastante em termos de afluência de público, de negócios e interesse de participação dos expositores. Decorreu parte da Feira numa tenda que não tinha qualquer climatização, na altura estava um calor insuportável, e dado se efectuar num espaço que é zona de cheia não sendo possível fazer mais cedo porque há a eminência de cheia e puxa-se para mais tarde, numa altura em que os negócios estão feitos em termos de agricultura, ninguém compra nada. Os expositores precisam de tempo para executar os seus negócios e os agricultores estão empenhados no seu trabalho, é preciso chegar a um entendimento com todos os interessados, a data de Maio é muito tardia, tudo isto tem de ser equacionado. Em relação à componente técnica, os colóquios foram um êxito todos os anos, sendo uma situação a ter em conta e conseguiram um destaque importante a nível nacional, quanto à parte comercial não se pode dizer exactamente o mesmo. Neste momento a Câmara está a avaliar a situação, já houve uma reunião com a Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia, a Associação de Produtores Florestais e brevemente será com a comissão organizadora para se tomar definitivamente uma decisão. -----

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE****ACTA Nº 2/2002
SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002**

----- Quanto ao corte de árvores na Avenida Luís de Camões, é uma acção que já estava programada pelo anterior executivo, uma vez que as de maior porte apresentavam perigo. Há a perspectiva de repor arvoredo nos dois sentidos, mas estando previsto avançar com as obras do Emissário dentro de seis ou sete meses, não faz sentido colocar neste momento junto ao rio. Do lado oposto já estão adjudicadas e serão colocadas brevemente, havendo alteração do tipo de canteiros, para possibilitar a instalação de rega automática e floreiras. -----

----- Informou que neste momento não está previsto nenhuma ETAR para Santana do Mato, nem há nenhum terreno adquirido para o efeito, apenas uma rede de águas residuais instalada na Avenida da Liberdade e 1º de Maio. -----

----- Relativamente ao terreno junto ao Centro Social de Santana do Mato, houve conversações com o anterior executivo, havendo abertura por parte do proprietário para vender, mas ainda não foi possível reiniciar essa negociação. -----

----- Quanto ao restante dinheiro que falta receber a Junta de Freguesia de S. José da Lamas, se a Câmara deliberou atribuir até mil e quinhentos contos, naturalmente que o mesmo será entregue mediante a apresentação de respectiva facturação. -----

----- Em relação ao Conselho Municipal da Juventude, a Câmara não iniciou esse processo, é um lapso do Relatório, neste momento está-se a trabalhar é com uma comissão para a Semana da Juventude. -----

----- Esclareceu que a Câmara não está a pagar qualquer indemnização à empresa Teixeira Duarte, é falsa essa informação. A questão que existe em relação às Piscinas Municipais tem a ver com a mudança de postes de média tensão, cujas linhas passam sensivelmente sobre a zona da Piscina Coberta, aguarda-se desde Novembro que a EDP execute os respectivos trabalhos e caso não se concretize com brevidade, poderá vir a prejudicar o andamento das obras dado que a grua não pode funcionar e daí a empresa construtora querer imputar custos à Câmara, neste momento nada disso está a acontecer, esperando que tal não aconteça, estando a Câmara a enviar todos os esforços para que a EDP proceda aos respectivos trabalhos. -----

----- Trata-se de um projecto tipo de acordo com aquilo que é possível financiar na chamada Habitação Social. -----

----- Em relação à colocação da segunda camada de betuminoso em arruamentos, a Câmara tem insistido com o Engenheiro responsável pelas obras e tem sido dito que não há prejuízo para o futuro das estradas se estiverem algum tempo nesta situação, de qualquer maneira as obras estão adjudicadas a empresa tem de as concluir. -----

----- É intenção criar uma Delegação da Câmara na Vila do Couço, onde se possa dar resposta a diversas solicitações por parte dos munícipes. Deu como exemplo que no Concelho de Salvaterra de Magos está em funcionamento uma em Mariniais. É um bom exemplo como se pode



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE CORUCHE

ACTA Nº 2/2002 SESSÃO ORDINÁRIA DE 1 DE MARÇO DE 2002

descentralizar e colocar a funcionar de maneira a servir mais de perto os munícipes, dar-lhes possibilidade de tratamento dos seus assuntos sem se deslocarem à Sede do Concelho, sendo importante esta ligação. -----

----- Em relação à Situação Financeira, entende que o Vogal Francisco Gaspar está muito optimista, em sua opinião, não é tanto assim. -----

----- Quanto à auditoria externa já se desenvolveu contactos neste sentido, estando à espera de a concretizar através de uma personalidade independente, dado que infelizmente se concretizam algumas suspeitas que existiam, não é uma situação que esteja afastada e será concretizada. -----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- A Presidente da Assembleia agradeceu a presença dos munícipes nesta Sessão da Assembleia e perguntou se alguém queria usar da palavra. -----

----- O munícipe António Pinheiro da Costa referiu que faz parte da Assembleia da Escola Secundária e manifestou alguma preocupação de haver a tentativa de fechar alguns cursos a partir do 9º ano, pelo que solicitou à Assembleia Municipal e ao Executivo da Câmara a sua melhor atenção para este facto, dado haver um número significativo de alunos e assim poderá ser um golpe para travar o desenvolvimento do Concelho. -----

----- A Presidente da Assembleia referiu que o Município irá estar atento a essa situação. -----

----- **ENCERRAMENTO:-** E nada mais havendo a tratar, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a Sessão, às duas horas e dez minutos, do dia dois de Março do presente ano, da qual para constar, se lavrou a presente Acta, que eu, José João Henriques Coelho, Primeiro Secretário, subscrevo:-----

O Primeiro Secretário

A Presidente da Assembleia Municipal
